

# ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PERÍODO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jenifer de Oliveira Silva  
Gloria Lucia Magalhães

## RESUMO

Este trabalho descreve a Adaptação da criança na educação inclusiva durante a educação infantil. Tal abordagem se faz necessária diante da necessidade da superação das desigualdades educacionais, dando ênfase à promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Vale ressaltar que nosso país possui uma vasta e robusta legislação para a educação inclusiva. O objetivo desta pesquisa é realizar revisão bibliográfica em artigos científicos e obras publicadas sobre o tema. Identificar e descrever recursos metodológicos para adaptação da educação inclusiva. Quanto à metodologia trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que será realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos. Primeiramente, é válido registrar que a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares de ensino é um processo complexo, que envolve a garantia do sucesso da aprendizagem em um ambiente harmônico e respeitador, colaborando para a construção da cidadania com justiça e dignidade. Concluiu-se que dentre os desafios no processo de inclusão escolar destaca-se a falta de profissionais especializados em educação especial e carência de recursos oferecidos pelo poder público. A formação continuada dos professores também foi destaque neste estudo, sinalizando a elaboração de novas políticas públicas que ofereçam a eles oportunidades para prosseguir em sua formação docente. Em relação a expectativa das famílias de alunos incluídos, pode-se afirmar que a maioria considera que as escolas atendem satisfatoriamente às demandas do processo de inclusão. Por fim, é válido afirmar que o processo de inclusão é gradual e interativo envolvendo toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação infantil, Inclusão, Adaptação

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda assuntos relacionados à adaptação da criança na educação inclusiva durante a educação infantil e quais seriam as melhores alternativas para adaptá-las na sala de aula.

Tal abordagem se justifica diante da necessidade da superação das desigualdades educacionais, dando ênfase à promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Vale ressaltar que nosso país possui uma vasta e robusta legislação para a educação inclusiva.

É importante evidenciar que o Brasil já avançou em relação à inclusão, sendo que a política pública de inclusão de alunos especiais está em ascensão, com aumento do número de alunos atendidos e uma constante formação e capacitação de profissionais da educação especial.

O objetivo desta pesquisa é realizar revisão bibliográfica em artigos científicos e obras publicadas sobre o tema. Identificar e descrever recursos metodológicos para adaptação da educação inclusiva.

Quanto à metodologia trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que será realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos (No período de 2006 a 2020).

O estudo está estruturado em dois títulos sendo eles: o primeiro trata do referencial teórico e o segundo da revisão da literatura.

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: igualdade e diferença como valores indissociáveis**

Com o intuito de melhor adaptar a criança à educação inclusiva na sala de aula, pretende-se realizar revisão biográfica em artigos científicos e obras publicadas sobre o tema, identificar e descrever recursos metodológicos para adaptação da educação inclusiva.

Este tópico será dividido em dois subtítulos, sendo eles: 2.1 O que diz a legislação brasileira sobre educação inclusiva; 2.2 Cultura e Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor.

### **2.1 O que diz a legislação brasileira sobre educação inclusiva**

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) está previsto que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, s.p).

Considerando os excertos acima mencionados pela Lei Maior, pode-se afirmar que a educação é direito de todos os brasileiros, incluindo aqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

Em relação ao inciso III do artigo 208, a lei assegura atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino que segundo Mantoan (2006) “preferencialmente” refere-se a “atendimento educacional especializado”, ou seja, o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos estudantes com deficiência.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei N. 8069 de 13 de julho de 1990, o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, (...) na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo” (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, quando em seu artigo 2 define que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Vale ressaltar que em Salamanca, na Espanha, em 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca de acordo com o documento produzido na Conferência Mundial sobre Educação Especial. O objetivo foi de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

O Plano Nacional de Educação - PNE foi sancionado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tem vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da Lei. Dentre as Diretrizes do PNE destaca-se nesse estudo o inciso III que garante a “superação das

desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, explicitada na meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, s.p).

Desse modo, o Brasil deveria universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, a crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades até o ano de 2024.

No ano de 2015 foi aprovada a lei n. 13146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O artigo 1º esclarece que a lei instituída é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, s.p).

Conforme o artigo 2º

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s.p).

O parágrafo 1º refere-se à avaliação da deficiência que necessita abranger o aspecto biopsicossocial, ou seja (biológico, psicológico e social), este deve realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: “I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação (BRASIL, 2015, s.p).

Baiense (2022) realizou levantamento nas bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED sobre número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas no Brasil entre os anos de 2015 a 2019. O estudo mostra que:

[...] o ensino médio são as que mais cresceram, um acréscimo de 91,7%. Alunos com deficiência em salas comuns são mais de 89% em 2019. A maior proporção de alunos incluídos é observada no ensino médio e na educação profissional concomitante ou subsequente, com inclusão superior a 99%. Os dados evidenciam que o Brasil está apresentando uma política pública de inclusão de alunos especiais em ascensão, onde tem formado e capacitado profissionais da educação especial (BAIENSE, 2022, p. 10).

Somando ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, do PNE, da BNCC, há ainda inúmeros decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que dispõem sobre o assunto, que refletem tanto a evolução ou retrocesso na discussão de inclusão de pessoas com deficiência.

## 2.2 Cultura e Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor

É sabido que o indivíduo só pode se constituir pela cultura, é ela que possibilita ou não a sua individuação.

Mazzotta; D'Antino (2011) cita Thompson (1995) a fim de distinguir quatro tipos básicos de concepção de cultura, classificando-as como: clássica, descritiva, simbólica e estrutural. A primeira remonta aos séculos XVIII e XIX, quando o termo “cultura”, diferindo em certa medida do processo de “civilização”, era usado em referência a um processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual. A segunda, descritiva, envolve um conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas característicos de uma sociedade específica ou de um determinado período histórico. A terceira, concepção simbólica, entende os fenômenos culturais como simbólicos e o estudo da cultura voltado basicamente para a interpretação dos símbolos e da ação simbólica.

E por fim, a concepção estrutural de cultura, propondo que “os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (Thompson, 1995).

Em relação a inclusão de pessoas com deficiência os autores abaixo afirmam que:

Historicamente, as pessoas que apresentam diferenças muito acentuadas em relação à maioria das pessoas constituem-se alvo das mais diversas estratégias de violência simbólica. Um dos segmentos populacionais reiteradamente colocados nessa posição tem sido o composto de pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas, além daquelas que apresentam outros transtornos de desenvolvimento (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011, p379)

Na antiguidade, assim como através dos séculos da era cristã (como na Inquisição e na luta eugenista), as pessoas com deficiência foram objeto de eliminação direta ou indireta, ora em função de sua “inutilidade funcional”, ora porque eram consideradas manifestação do demônio ou de castigo divino (Araújo, 2010).

De acordo com o mesmo autor, as primeiras normas de proteção aos deficientes, defendendo a sua reabilitação, capacitação e inclusão social foram ditadas pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (1919).

No início do século XX, estudos médicos e psicológicos contribuíram para o surgimento de novas teorias a respeito das capacidades e inteligência das pessoas, e dessa forma emerge uma nova visão de como tratar as pessoas com deficiência (NUNES; SAIA & ROSANA; TAVARES 2015).

Quando o assunto diz respeito ao tratamento das pessoas com deficiência, surgem então questões sobre o preconceito, e as autoras, ressaltam que

[...] o sujeito preconceituoso, acaba percebendo o objeto a partir de uma falsa projeção. Tal falsidade está na incapacidade do sujeito de perceber o que é seu e o que é do objeto. Não tendo essa clareza, ele credita tudo ao objeto. [...] nesse processo, o sujeito não se dá conta de que aquilo que ele defende como sua opinião nada mais é do que repetição do que já está pronto nos discursos sociais (Op. cit, 2015, p.11110).

Visto que dentro dos propósitos de uma sociedade inclusiva está prevista:

[...] a garantia do direito coletivo de exercício da cidadania indiferentemente de gênero, origem socioeconômica, escolaridade, opção sexual, religião, cor,

idade, raça e deficiência. Nela também está prevista a eliminação de qualquer forma de discriminação e segregação. Assim como estão previstos os princípios da aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana. (MURTA, 2004, p. 43).

Em consonância com o exposto acima, Gusmão, Martins; Luna (2011) demonstram que a educação inclusiva pode se tornar uma prática cultural no âmbito escolar para isso, os autores afirmam que:

[...] é necessária uma análise que dê conta dos efeitos dos comportamentos das pessoas ligadas à educação sobre o ambiente educacional – aqueles que trabalham nesta área e aqueles que se beneficiam deste serviço. Assim, visando identificar os efeitos dos comportamentos dos profissionais que compõem as instituições de ensino sobre o comportamento de aprender dos alunos, é possível partir da análise das contingências entrelaçadas presentes no processo ensino-aprendizagem e dos efeitos das relações entre os sujeitos sobre o grupo, selecionando comportamentos que sejam condizentes com o princípio inclusivo e que resultem na aprendizagem. Essas contingências comportamentais entrelaçadas podem tornar-se um padrão de comportamento que, pelas suas consequências reforçadoras, repete-se através do tempo provocando mudanças culturais (Op. cit., 2011, p. 70).

Assim, a educação inclusiva conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e avança em relação à ideia de equidade (BRASIL, 2008).

Aqueles que não lidam com as diferenças que os rodeiam perdem a oportunidade de caminhar na sua própria evolução.

### **3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UM PROCESSO COMPLEXO, GRADUAL E INTERATIVO**

A elaboração deste tópico tem o objetivo de compor a revisão da literatura e foi realizada com busca online principalmente na Plataforma Scielo Brasil. Utilizou-se as seguintes palavras-chave: educação infantil e educação inclusiva. E em seguida foram selecionados aqueles que poderiam contribuir com as reflexões propostas neste estudo a partir da leitura dos resumos.

Com o objetivo de identificar os facilitadores e as limitações do processo de inclusão escolar no Brasil na visão dos professores, Silva; Carvalho (2017), as autoras utilizam o método a Revisão Integrativa (RI) da Literatura, que é um método de revisão específica que visa reunir e resumir estudos produzidos anteriormente sobre a temática investigada desenvolveram. No decorrer da pesquisa foram analisados conteúdos de publicações nacionais sobre o tema do período de janeiro de 2011 a abril de 2016,

Em relação à Política de educação especial e capacitações oferecidas pelo poder público, os artigos consultados revelam o desconhecimento por parte de alguns professores sobre a política de educação especial, podendo dessa forma interferir de forma negativa em sua prática pedagógica e nos resultados almejados para os seus alunos.

Em se tratando do processo de ensino e aprendizagem, os artigos expõem fatores que podem contribuir para o processo de inclusão escolar, sendo eles “a necessidade da presença de outros profissionais especializados, a busca do conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), no caso da inclusão do aluno surdo, necessidade de reflexões diárias entre as equipes sobre a prática pedagógica desenvolvida” (SILVA; CARVALHO, 2017, p. 303).

A respeito das possíveis lacunas oriundas da formação inicial dos professores, Silva; Carvalho (2017) identificam a carência da formação do professor frente à atuação

com alunos com deficiência. Os professores percebem que este despreparo de conhecimento necessário para vencer as dificuldades oriundas da prática com alunos com deficiência, torna-se um empecilho para a mediação do conhecimento.

E por fim, foram analisados os trabalhos que abordam o conhecimento sobre as especificidades do aluno,

[...] foi possível concluir a importância de compreender as necessidades e as capacidades de cada aluno com NEEs para que desta forma seja possível identificar quais serão as adaptações, estratégias utilizadas para o ensino desse aluno e de que modo serão ministradas as aulas, atendendo assim suas necessidades, pois na falta de conhecimento sobre o aluno é impossível desenvolver atividades que respondam às suas especificidades (SILVA; CARVALHO, 2017, p. 305).

Ao final do estudo as autoras deduzem que existem evidências sobre facilitadores e limitações do processo de inclusão escolar na visão dos professores. E os resultados evidenciam a importância de um olhar amplo sobre a educação inclusiva, a necessidade da inserção de adaptações e utilização de recursos no ensino objetivando facilitar o processo de inclusão escolar para os alunos.

Em outra frente de discussão, Papa; Viégas; Zamor (2015), desenvolveram pesquisa com a finalidade refletir sobre a inclusão e a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos, na sociedade e na escola, garantindo acesso igualitário a todos.

Mediante a uma análise exploratória, baseada em artigos e trabalhos de especialistas da área de educação e de um estudo de caso numa escola estadual de ensino fundamental, procurou-se levantar algumas discussões teóricas sobre a função da escola e o papel do professor frente à inclusão.

Os autores alertam para o fato de que incluir crianças com deficiência na escola regular “é algo a se fazer cuidadosamente, pois quando se fala de inclusão escolar, não se trata apenas de reunir os diferentes, adaptando o ensino igual para todos” (PAPA; VIÉGAS; ZAMOR, 2015, p. 8). Mesmo com todos os aparatos legais que garantem a inclusão, faltam subsídios necessários para que se efetive de modo satisfatório com exemplo, maior oportunidade de formação continuada para os professores, funcionários, gestores

Os autores constataram que a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares de ensino é um processo complexo, que envolve a garantia do sucesso da aprendizagem em um ambiente harmônico e respeitador, colaborando dessa forma para a construção da cidadania com justiça e dignidade.

Para abordar questões relacionadas com a inclusão da criança com deficiência no ensino regular e o olhar das famílias, Marques; Caron; Cruz (2020), realizaram pesquisa com a participação de cinco representantes de famílias de crianças com deficiência, matriculadas nos anos iniciais de escolas públicas de uma cidade do Centro-Oeste catarinense.

A questão mobilizadora da investigação consistiu em saber de que modo os pais e responsáveis pelas crianças com deficiência avaliam o processo de inclusão de seus filhos no ensino regular, para isso, foram realizadas entrevistas e visitas domiciliares.

Os dados produzidos foram organizados em duas categorias: 1- o olhar das famílias sobre seus filhos com deficiência e 2- o olhar das famílias sobre a inclusão de seus filhos com deficiência na escola regular.

Vale ressaltar que as famílias que participaram do estudo foram todas representadas pela figura materna, isso traz indícios de que a mãe é quem mais acompanha o filho com deficiência na escola.

Ao serem questionadas sobre a chegada da criança ao mundo, a maioria das mães disseram que tiveram muitas dificuldades em aceitar a realidade. Diante do impacto, os autores afirmam que essa reação é diferente de pessoa para pessoa dentro de uma mesma família, quando uma mãe relata que o pai até hoje não aceita,

Os resultados mostraram que as famílias possuem expectativas positivas com relação a seus filhos e consideram que as escolas vêm atendendo satisfatoriamente às demandas do processo de inclusão. Contudo, apontaram a formação de professores, o rodízio de profissionais e o tempo de Atendimento Educacional Especializado como aspectos a serem melhorados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quais seriam as melhores alternativas na adaptação da criança com deficiências em sala de aula?

Primeiramente, é válido registrar que a inclusão de crianças com deficiências nas escolas regulares de ensino é um processo complexo, que envolve a garantia do sucesso da aprendizagem em um ambiente harmônico e respeitador, colaborando para a construção da cidadania com justiça e dignidade.

Diante de tamanho desafio no processo de inclusão escolar, destaca-se a falta de profissionais especializados na área de educação especial para dar suporte aos professores em sala de aula, como também a escassez de recursos oferecidos pelo poder público para efetivação de ações necessárias ao sucesso do processo de inclusão.

O desconhecimento por parte dos professores sobre a política de inclusão e sobre as capacidades e limitações do aluno no que tange a deficiência requer a elaboração de novas políticas públicas que ofereçam a eles oportunidades para prosseguir em sua formação docente.

Os resultados dos estudos evidenciam expectativas positivas das famílias em relação a seus filhos e consideram que as escolas atendem satisfatoriamente às demandas do processo de inclusão.

Enfim, verifica-se que o processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação de toda a comunidade escolar na construção diária de um ambiente favorável.

O estudo teve como objetivo realizar revisão biográfica em artigos científicos e obras publicadas sobre o tema, identificar e descrever recursos metodológicos para adaptação da educação inclusiva.

Quanto à metodologia trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que será realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos (período de 2006 a 2020).

A produção deste artigo apresenta como limitação, a restrição do tempo por realizar outras atividades além da faculdade no dia-a-dia, como o trabalho em período integral, relação família e demais assuntos do cotidiano.

Espera-se, com este estudo, contribuir para a reflexão sobre a adaptação da criança na educação inclusiva no meio escolar, possibilitando dessa forma a evolução desse tema que pode ser do interesse de professores, pesquisadores e pais de alunos da educação inclusiva.

Após realizar este trabalho que trata sobre a adaptação da criança na educação inclusiva no meio escolar, percebo que realizei um estudo de fundamental importância para o meu crescimento pessoal e profissional. Visto que diante dos desafios percebo que

o objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças.

### **ADAPTATION OF THE CHILD IN INCLUSIVE EDUCATION IN THE PERIOD OF CHILD EDUCATION**

*This work describes the Adaptation of the child in inclusive education during early childhood education. Such an approach is necessary in view of the need to overcome educational inequalities, emphasizing the promotion of citizenship and the eradication of all forms of discrimination. It is worth mentioning that our country has a vast and robust legislation for inclusive education. The objective of this research is to carry out a bibliographic review of scientific articles and published works on the subject. Identify and describe methodological resources for adapting inclusive education. As for the methodology, it is a bibliographic review research that will be carried out through the reading of works and scientific articles. First, it is worth noting that the inclusion of children with disabilities in regular schools is a complex process, which involves guaranteeing the success of learning in a harmonious and respectful environment, contributing to the construction of citizenship with justice and dignity. It was concluded that among the challenges in the school inclusion process, the lack of professionals specialized in special education and the lack of resources offered by the public power stand out. The continuing education of teachers was also highlighted in this study, signaling the development of new public policies that offer them opportunities to continue their teacher education. Regarding the expectations of families of included students, it can be said that most consider that schools satisfactorily meet the demands of the inclusion process. Finally, it is valid to say that the inclusion process is gradual and interactive, involving the entire school community.*

Keywords: Early childhood education, Inclusion, Adaptation

### **REFERÊNCIAS**

Araújo, J. N. G. A inclusão das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. In: A. M. Mendes, R. C. Merlo, C. F. Morrone, & E. P. Facas (Orgs.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

BAIENSE, Ana Elena dos Santos. Percentual de alunos matrículas com deficiência em classes comuns ou especiais exclusiva no Brasil – 2015 a 2019. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e23011124763, 2022  
Disponível <file:///C:/Users/G1%C3%B3ra/Downloads/24763-Article-292885-1-10-20220105.pdf> Acesso em 16 de set de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_, **Lei n.8.069/90**. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo, Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_, **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.



Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 09 abr 2022.

\_\_\_\_\_, **Lei n. 9394/96** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. < Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em 12 ago de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ação Social. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

\_\_\_\_\_, **Lei n. 13005** de 25 de junho 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.  
Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>  
Acesso em 16 de set. 2022.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) > Acesso em 2 de set de 2022.

GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira, MARTINS, Tânia Gonçalves; LUNA, Sérgio Vasconcellos de. Inclusão escolar como uma prática cultural: uma análise baseada no conceito de metacontingência. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 32, 1º sem. de 2011, pp. 69-87. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n32/n32a05.pdf>> Acesso em 14 de set. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARQUES, C. M; CARON, L; CRUZ, A. A. Inclusão da criança com deficiência no ensino regular: olhar das famílias sobre a inclusão na escola. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: < <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13499/209209211573>> acesso 20 out. 2022.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011  
Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFSS5H/?format=pdf&lang=pt>>  
Acesso em 14 de set. 2022.

MURTA, A. M. G. **Contribuições da psicologia sócio-histórica para a Educação Inclusiva**: os sentidos produzidos por professores da educação infantil de uma cidade do Vale do Jequitinhonha acerca da inclusão escolar. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Disponível em: < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16442>> Acesso em 13 de set. 2022.

NUNES, Sylvia da Silveira, SAIA & ROSANA, Ana Lucia; TAVARES, Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2015, 35(4), 1106-1119  
Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdzXy4yHrX9Lz9txCtQ7c/?lang=pt&format=pdf>>  
Acesso em 15 de set. 2022.

SILVA, N. C; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dSM/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 7 de ago 2022.

PAPA, F; VIÉGAS, S. A. G; ZAMOR, A. V. Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva. **Boas Práticas na perspectiva da Educação Especial Inclusiva**, NEPE, volume I, São Paulo, 2015.  
Disponível em: < [http://cape.edunet.sp.gov.br/cape\\_arquivos/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHARCO\\_MUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf](http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHARCO_MUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf)> acesso em 27 de ago. 2022.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, 427 p.